

# CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL



## ANEXO

### RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2017

31-12-2017





## NOTAS

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA é uma é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 501 330 755 e o NISS - 20004940117 e sede em Estrada Nacional, Nº 360 - Santa Catarina - 2500 -768 Santa Catarina, freguesia de Santa Catarina concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-1981. A sua atividade principal é, Outras Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas com alojamento (CAE- 87301); como atividades secundárias: Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101), Educação Pré-Escolar (CAE- 85100); Atividades de Cuidados para Crianças, sem Alojamento (CAE- 88910); e Outras Atividades de Serviços de Refeições (CAE- 56290) O C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA opera na freguesia de Santa Catarina.

O CENTRO PAROQ. ST. CAT. é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o C. S. P. ST. CATARINA opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer, ao Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial de Santa Catarina.

### 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Referencial contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras, tem por base as NCRF (Normas Contabilísticas de relato Financeiro), que preconizam a Continuidade, verdade e fidedignidade, das rubricas expressas nas Demonstrações financeiras, estando de acordo com o Decreto-lei 36 A, de 9 de Março de 2011, sobre as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)





As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

### 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.





Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato, bem como noutro período nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

#### **Instrumentos financeiros**

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.







#### Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

#### Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

#### Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.





O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato, bem como noutro período nenhuma imparidade em ativos financeiros.

#### **Outras contas a receber**

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato, bem como noutro período nenhuma imparidade em outras contas a receber.

#### **Inventários**

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.

Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo de aquisição.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato, bem como noutro período nenhuma imparidade em inventários.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que





sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

### **Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

### **Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;





- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fielmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fielmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

#### **Juros, royalties e dividendos**

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fielmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
  - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
  - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
  - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

#### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.







Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

#### **Custos com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

#### **Passivos contingentes e ativos contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são





reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

#### **Juizados de valor, estimativas e pressupostos críticos**

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.





#### 4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2017				31-12-2016			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	232	249.523	249.747	8	347	285.401	285.516	232
Depósitos à ordem	105.921	1.408.836	1.354.971	159.786	7.919	1.290.658	1.192.656	105.921
Outros depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de caixa e depósitos bancários	106.154	1.658.359	1.604.718	159.795	8.266	1.576.059	1.478.172	106.154
dos quais: depósitos bancários no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 existiram recebimentos e pagamentos, que estão mais detalhados na Demonstração de Fluxos de Caixa.

#### 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 os Ativos Tangíveis tinham a seguinte composição e variação:





Ativos fixos tangíveis	31-12-2017										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial		8.209	2.450.043	309.787	197.909	48.050		23.082			3.037.081
Depreciações acumuladas iniciais			694.075	291.939	188.509	44.950		23.082		n.a.	1.242.014
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais			694.075	291.939	188.509	44.950		23.082			1.242.014
Quantia líquida escriturada inicial		8.209	1.755.968	17.848	9.400	3.100		541			1.795.067
Movimentos do período			(47.916)	12.928	(15.242)	(2.009)		(541)			(52.781)
Total das adições				15.508	60.989						76.497
Aquisições em 1ª mão				15.508	60.989						76.497
Total das diminuições			47.916	2.580	76.231	2.009		541			129.278
Depreciações			47.916	2.580	24.348	2.009		541		n.a.	77.395
Abates					51.883						51.883
Outras Transferências											
Quantia líquida escriturada final		8.209	1.708.052	30.776	46.041	1.091					1.794.169
Quantia bruta escriturada final		8.209	2.450.043	325.295	207.014	48.050		23.082			3.061.693
Depreciações acumuladas finais			741.991	294.519	160.973	46.959		23.082			1.267.525
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais			741.991	294.519	160.973	46.959		23.082			1.267.525







Ativos fixos tangíveis	31-12-2016										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada Inicial		8.209	2.448.771	303.494	340.084	46.368		23.082			3.170.008
Depreciações acumuladas iniciais			644.931	280.606	318.284	44.374		21.525		n.a.	1.309.719
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais			644.931	280.606	318.284	44.374		21.525			1.309.719
Quantia líquida escriturada Inicial		8.209	1.803.840	22.888	21.800	1.994		1.557			1.860.289
Movimentos do período			(47.872)	(5.041)	(154.575)	(93)		(1.016)			(79.691)
Total das adições			1.272	6.293		2.881					
Aquisições em 1ª mão			1.272	6.293		2.881					
Total das diminuições			49.144	11.334	12.400	1.775		1.016			79.691
Depreciações			49.144	11.334	12.400	1.775		1.016		n.a.	79.691
Abates					142.175	1.199					
Outras Transferências											
Quantia líquida escriturada final		8.209	1.755.968	17.848	9.400	3.100		541			1.795.067
Quantia bruta escriturada final		8.209	2.450.043	309.787	197.909	48.050		23.082			3.037.081
Depreciações acumuladas finais			694.075	291.939	188.509	44.950		22.541			1.242.014
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais			694.075	291.939	188.509	44.950		22.541			1.242.014





As depreciações anuais foram consistentes com os anos anteriores tendo neste ano terminado a depreciação de alguns itens.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	50,10 e 14
Equipamento básico	6, 5 e 7
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	6

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 77 394.38 euros em 31 de Dezembro de 2017, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

A rubrica Instrumentos Financeiros refere-se ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 1 417.28€ em 2017 e de 985.30€ em 2016.

## 6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os inventários têm a seguinte composição:





Inventários	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	3.110		3.110	3.044		3.044
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo			-			-
Produtos acabados e intermédios			-			-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			-			-
Produtos e trabalhos em curso			-			-
Ativos biológicos			-			-
Adiantamentos por conta de compras			-			-
	3.110	-	3.110	3.044	-	3.044

A variação dos inventários no período do relato encontra-se dentro dos valores dos anos anteriores.

Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:





Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2017					31-12-2016				
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Inventários iniciais		3.044			3.044		2.303			2.303
Compras		119.935			119.935		131.762			131.762
Reclassificação e regularização de inventários		-	-	-	-		-	-	-	-
Inventários finais		3.110			3.110		3.044			3.044
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 119.869	-	-	- 119.869		- 131.021	-	-	- 131.021

No ano do relato verificou-se uma diminuição no Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, devido a uma melhor racionalização dos recursos.

## 7 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica créditos a receber decompõe-se da seguinte forma:







Créditos a receber	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<b>Clientes, conta corrente</b>						
Gerais	10.678		10.678	13.317		13.317
Utentes	43.826		43.826	39.429		39.429
<b>Clientes - títulos a receber</b>						
Gerais			-			-
Utentes			-			-
			-			-
<b>Outros</b>			-			-
---			-			-
	54.504	-	54.504	52.747	-	52.747

No final do período de relato a conta clientes/ utentes teve um aumento, esta reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro, que só foram pagos no ano seguinte. Existem algumas com maior antiguidade em relação ao anterior, mas das quais não foi reconhecida nenhuma perda por imparidade. Em 2016 passou existir uma prestação de serviços tributados reconhecidos no item clientes.

## 8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

	Estado e outros entes públicos	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>			
<b>Passivo</b>			
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		68	22
Retenção de imposto sobre o rendimento		3.936	4.131
Imposto sobre o valor acrescentado		1.145	1.017
Contribuições para a Segurança Social		15.034	26.294
Tributos das autarquias locais			
Outras tributações (FCT)		73	39
		20.256	31.503





Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para a Segurança Social respeitantes ao mês de Dezembro de 2017, e FCT a pagar em Janeiro de 2018 e o valor referente ao IVA do 4º trimestre de 2017 a pagar em fevereiro de 2018.

## 9 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outros ativos corrente decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos correntes	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes/Utentes						
Fornecedores	1.724		1.724	1.078		1.078
Pessoal	54		54			
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.020		2.020	5.274		5.274
Fornecedores de Investimentos	77.060		77.060	77.060		77.060
Estado e outros entes Públicos				608		608
Outros	18.006		18.006	18.456		18.456
...			-			-
			-			-
	98.865	-	98.865	102.476	-	102.476

No ano do relato, a diminuição desta rubrica deve-se essencialmente à descida do valor referente a devedores por acréscimo de rendimentos e estado e outros entes públicos.

## 10 - DIFERIMENTOS





Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2017	31-12-2016
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	7.413	5.220
	<b>7.413</b>	<b>5.220</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos diferidos	-	-
	-	-

No período do relato a rubrica refere-se a gastos respeitantes a seguros, artigos de higiene e limpeza, gás e outros, cujo pagamento foi feito em 2017, mas são gastos a reconhecer no ano económico de 2018.

#### 11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2017	31-12-2016
Depósitos à ordem	159.786	105.922
Outros depósitos bancários		
Numerário	9	232
....		
....		
	<b>159.795</b>	<b>106.154</b>

Subida de fundos em caixa e depósitos, refletindo o recebimento de subsídios ao investimento e alienação de ativos no ano, apesar de uma diminuição do resultado do exercício.





## 12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

O CENTRO PAROQUIAL ST. CATARINA no ano do relato e em outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.

## 13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, os fundos do CENTRO PAROQ. ST. CAT. são compostos por:

Fundos, Reservas e Resultados Transitados	31-12-2017	31-12-2016
Fundo Social	121 665.52€	121 665.52€
Resultados Transitados	1 048 113.43€	983039.02€
Outras Variações	710 723.13€	692 052.33€
Subsídios		

No ano do relato as variações da rubrica fundos patrimoniais refletem:

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos do Inst. Seg Social - Programa Pares e programa Mases e outro e do Município das Caldas da Rainha recebidos em anos anteriores e imputados em função da depreciação dos ativos.
- Foi recebido em 2016 um reforço do subsídio da Câmara municipal do valor de 70 494.65€.
- Foi recebido em 2017 o remanescente do subsídio do Programa Pares no valor de 47 135.00€.

## 14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS

O CENTRO PAROQ. ST. CAT. Não beneficiou de novos subsídios no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, mas recebeu um reforço do subsídio da Câmara Municipal em 2016 e do Programa Pares.

Os subsídios inscritos na conta 5932 Subsídios para o Investimento decompõem-se da seguinte forma (saldo Final 2017):







- Do PIDDAC - 8 032.30€;
- Participação Seg Social - Pares - 483 418.32€;
- Participação Câmara /Lar - 185 505.75€;
- Outro - 14 987.06€;
- Programa Mases - 18 779.70€.

## 15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2017		31-12-2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:		-	-	-
Emprestimo Bancário		-	3.084	
Descobertos bancarios	80		3.084	
Loações financeiras	80	-		
	9.404	35.279		
Outros empréstimos obtidos:	9.404	35.279		
	-	-		
	9.484	35.279	3.084	

A rubrica locações corrente diz respeito à amortização em 2018 da locação financeira obtida em 2017 para aquisição de 4 viaturas empréstimo da carinha adquirida em 2013, sendo o montante inscrito em não corrente o valor a pagar em anos seguintes. No ano de 2017 foram pagos os montantes referentes a empréstimos.





## 16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	18.981	26.205
Outras partes relacionadas		
Fornecedores · títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores · facturas em recepção e conferência		
Outros		
	18.981	26.205

No ano do económico do relato, os valores da rubrica fornecedores teve uma descida, sendo respeitantes a custos suportados/contabilizados referentes a Dezembro 2017 e que vão ser regularizados no ano económico de 2018.

## 17 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica outros passivos correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	31-12-2017	31-12-2016
Pessoal		27.431
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos	124.401	115.313
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros Credores		269
Utentes	5.350	55
	129.751	143.068

Os valores referentes a estes itens foram inferiores aos do ano anterior, devido ao valor referente ao pessoal, em que parte dos ordenados de Dezembro só foi paga no dia 2/1/2017,





o que não aconteceu em dezembro de 2017. A rubrica Credores por acréscimo de gastos refere-se a encargos com férias.

## 18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados			31-12-2017	31-12-2016
Vendas		.....		
Prestações de Serviços				
	Quotizações			
	Mercado Interno			
		Mensalidades dos Utentes	471.317	448.371
		Serviços Secundários	78.068	80.782
		Quotas e Jóias	2.070	2.430
		Total	531.583	531.583
Contratos de construção		.....		
		<b>Total</b>	<b>551455</b>	<b>531.583</b>

O CENTRO PAROQUIAL não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:





	2017	2016
CRECHE	52 346.33€	43 626.78€
PRÉ- ESCOLAR	39 899.05€	36 802.50€
ACADEMIA JUV.	13 253.18€	12 163.50€
CENTRO DIA	28 073.32€	24 677.84€
CENTRO DE CONVIVIO	10 453.73€	8 299.11€
APOIO DOMICILIÁRIO	85 212.44€	82 680.48€
APOIO DOM. INTEG.	27 391.32€	30 599.70€
SERVIÇOS TRIBUTADOS	38 224.80€	41 770.52€
LAR DE IDOSOS	256 600.45€	262 437.35€

No período do relato verificou-se uma subida das mensalidades recebidas, exceto no lar e no Ap. Dom. Integrado, nas restantes verificou-se uma subida, em parte por alguns ajustes nas mensalidades e de utentes em algumas valências.

#### 19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O CENTRO PAROQ. ST. CAT. Beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016:

Subsídios, doações e legados à exploração		31-12-2017	31-12-2016
<b>Do Estado e outros entes públicos</b>			
	Centro Regional SeG. Social	562.841	555.830
	Autarquias	2.965	2.020
	Instituto Emprego Formação Profissional	10.265	252
<b>De outras entidades</b>			
	Compensação Educadoras de Infância		
<b>Doações e heranças</b>			
<b>Legados</b>			
<b>Total</b>		<b>576.072</b>	<b>558.102</b>

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:







	2017	2016
CRECHE	135 342.14€	126 626 46€
PRÉ- ESCOLAR	73 079.58€	75 026.06€
CENTRO DIA	21 615.47€	19 655.96€
CENTRO DE CONVIVIO	14 200.42€	12 725.87€
APOIO DOMICILIÁRIO	128 821.42€	123 155.38€
APOIO DOM. INTEG.	47 970.06€	51 976.46€
LAR DE IDOSOS	155 042.69€	148 935.75€

O CENTRO PAROQUIAL tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Creche - 43 utentes;
- Pré-escolar - 45, desde Setembro de 2014;
- Centro de dia - 15 utentes;
- Centro de convívio - 20 utentes;
- Apoio Domiciliário - 42 utentes;
- Apoio Domiciliário Integrado - 12 utentes;
- Lar de Idosos - 30 utentes.

No ano de relato, nos subsídios da Segurança social verificou-se um ligeiro aumento total, no entanto de referir uma descida no Pré-escolar e no Ap. Dom. Integrado por descida do número de utentes.

Verificou-se uma subida na comparticipação do IEFP devido aos estágios e programas emprego realizados.

O valor referente à Câmara Municipal apresenta um valor similar ao do ano anterior.

Em 2017 não foi estimado qualquer valor para a rubrica das educadoras de infância.

## 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS





Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 os fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2017	31-12-2016
Subcontratos		
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	8.036	6.077
Publicidade e propaganda	0	0
Vigilância e segurança	3.808	3.909
Honorários	12.520	10.815
Comissões		
Conservação e reparação	26.094	20.987
Outros	246	173
Material		
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	9.670	3.174
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	3.369	2.845
Artigos para oferta	118	333
Encargos com saúde dos utentes	149	238
Outros	6.822	4.485
Energia e fluidos		
Eletricidade	30.891	37.963
Combustíveis	10.367	10.224
Água	8.996	8.702
Gás	22.574	17.578
Outros		
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	5.263	3.705
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	4.116	3.817
Comunicação	6.266	7.099
Seguros	10.051	6.330
Royalties		
Contencioso e notariado		141
Despesas de representação		
Limpeza, higiene e conforto	25.447	17.266
Outros serviços	4.529	3.298
	199.333	169.157

No ano do relato verificou-se um aumento nestes gastos, tendo havido algumas rubricas com oscilações para mais e para menos. De realdar a rubrica limpeza e higiene, em que foi





contratado um serviço de limpeza externo desde junho de 2017, de realçar também o aumento de outros fluidos e uma diminuição em eletricidade.

## 21 - GASTOS COM PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	31-12-2017	31-12-2016
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	616.479	599.382
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	136.119	128.675
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.774	6.158
Gastos de ação social		
Outros gastos com pessoal	3.270	12.982
Dos quais:		
Gastos com formação	20	311
Gastos com fardamento		
Medicina e Seg. Trabalho	2.230	1.923
indemenizações	762	8.998
Outros	257	1.750
	761.642	747.197





A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2017	31-12-2016
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		
...		
...		

O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL ST. CATARINA no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 foram de:

- Trabalhadores remunerados - 65 em 2017 e 63 em 2016;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2017 e 2016.

Verificou-se um aumento do número médio dos trabalhadores em 2017. Em 2017 verificou-se também o aumento do salário mínimo e do aumento dos encargos sociais e algumas atualização dos escalões remuneratórios.

## 22 - OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 201 os outros rendimentos são assim decompostos:







Outros rendimentos	31-12-2017	31-12-2016
<b>Rendimentos suplementares</b>		
Royalties		
Serviços Sociais		150
Outros Serviços Secundários	5.662	11.143
Descontos de pronto pagamento obtidos	5	165
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	0	0
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
Sinistros	2.496	373
Outros (Alienações)	4.100	50.750
...		
Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Excesso de estimativa para impostos		
Imputação de subsídios para investimentos	28.464	27.687
Ganhos em outros instrumentos financeiros		
Restituição de impostos	2.860	2.971
Outros		
Correcções exercicios anteriores	11.174	11.015
Donativos	9.289	5.963
Outros	1.356	924
<b>Total</b>	<b>65.407</b>	<b>111.141</b>

No ano do relato verificou-se uma desta desta rubrica devido principalmente às alienações de autocarro em 2016. Verificou-se uma descida nos rendimentos suplementares e uma subida dos donativos.

## 23 - OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 os outros gastos são assim decompostos:





Outros gastos	31-12-2017	31-12-2016
Impostos/Taxas	160	75
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		3.748
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
correções relativas a períodos anteriores	4.244	6.614
Donativos		
Quotizações	325	325
Ofertas e amostras de inventários		
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Subsídios, donativos, bolsas de estudo		
Prestações a associados das mutualidades		
Capitais vencidos - associados das modalidades		
Prestações dos regimes profissionais complementares		
Rendas vitalícias - associados das mutualidades		
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde		
Outros	729	528
...		
...		
	5.458	11.290

No ano de relato nesta rubrica verifica-se uma descida em relação ao ano anterior, não tendo sido reconhecidas dívidas incobráveis em 2017 e verificou-se também uma diminuição das correções anos anteriores.

#### 24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 os gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:





Gastos/reversões de depreciação e de amortização		31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativos fixos tangíveis</b>			
	Bens de domínio público		
	Terrenos e recursos naturais		
	Edifícios e outras construções	47.916	49.144
	Equipamento básico	2.580	11.334
	Equipamento de transporte	24.348	12.400
	Equipamento administrativo	2.009	1.775
	Equipamentos biológicos		
	Outros ativos fixos tangíveis	541	1.016
		77.394	75.668
<b>Ativos intangíveis</b>			
	.....		
<b>Ativos Biológicos</b>			
	..		
<b>Propriedades de Investimento</b>			
	..		
<b>Total</b>		77.394	75.668

No ano do relato verificou-se uma diminuição desta rubrica devido ao fim da depreciação de vários ativos adquiridos anteriormente, apesar de algumas novas aquisições no ano de 2017.

## 25 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:





Juros e gastos similares suportados	31-12-2017	31-12-2016
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	4.149	1.396
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	4.149	1.396

Rubrica com aumento de valor no período devido ao início de um novo Leasing no ao de 2017.

## 26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA não reconheceu itens de instrumentos financeiros. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de reavaliação.

## 27 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do CENTRO PAROQ. ST. CAT., por atividade económica resume-se nos quadros seguintes:







RESULTADOS DO PERÍODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS

31-12-2017

VALÊNCIAS	CRECHE	PRÉ ESC	SERV TRIB	ACAD	CENT DIA	CENT COV	AP DOM	AD INT	LAR	TOTAL
Vendas e prestações de serviços	52346.33	39899.05	38224.60	13253.18	28073.32	10453.73	85212.44	27391.32	256800.45	551454.62
Subsídios, doações e legados à exploração	135342.14	73079.58	0,00	0,00	21615.47	14200.42	128821.44	47970.06	153042.89	576071.80
ISS IP Centros Distritais	133338.65	71399.22			19927.80	12818.68	125920.60	47036.91	152399.61	562841.47
Outros	2003.49	1680.36			1687.67	1381.74	2800.84	933.15	2643.08	13230.33
Varição dos inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo mercad vend das mat. consumidas	13237.81	10076.49	10669.95	2731.53	6285.88	3147.91	18578.88	5568.23	40574.73	119869.41
Fornecimentos e serviços externos	26491.82	22495.71	2729.24	2729.24	7692.17	3281.04	39747.31	13644.63	78698.56	199332.85
Gastos com pessoal	139948.23	106605.21	13679.92	7792.41	38998.98	24157.28	108564.81	45490.22	276407.14	761642.20
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)										
Imparidades devidas a receber (perdas/reversões)										
Provisões (aumentos/reduções)										
Provisões específicas (aumentos/reduções)										
Outras Imparidades (perdas/reversões)										
Aumentos/Reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos	11519.51	9908.34			2856.20	1359.24	7764.45	2310.40	29690.47	65406.61
Outros gastos e perdas	1467.06	1614.83			163.42	35.78	839.87	177.47	859.92	5468.35
Resultado antes de Depreciações Gastos										
Financiamento e Impostos	18065.06	-18107.27	322.86	0,00	-595.48	-4608.62	54067.46	12793.23	44881.26	106630.52
Gastos/reversões depreciação e amortização	4531.04	6246.93			3983.00	3207.00	17985.00	5787.00	35654.41	77394.38
Resultado Operacional (antes de Gastos de										
Financiamento e Impostos)	13534.02	-24354.20	322.86	0,00	-4578.48	-7816.62	36082.46	7006.23	9038.85	29238.14
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e rendimentos similares suportados	953.42	830.91			261.24	124.62	1477.63	496.50	4.56	4148.88
Resultado antes de Impostos	12580.60	-25185.11	322.86	0,00	-4839.70	-7940.24	34604.63	6509.73	9034.29	25087.26
Imposto sobre rendimento do período			67.80							67.80
Resultado Líquido do Período	12580.60	-25185.11	255.06	0,00	-4839.70	-7940.24	34604.63	6509.73	9034.29	25019.46





RESULTADOS DO PERÍODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS

31-12-2016

VALÊNCIAS	CRÉCHE	PRE ESC	SERV	ACAD	CENT DIA	CENT COV	AP DOM	AD INT	LAR	TOTAL
			TRIB							
Vendas e prestações de serviços	43626,78	36802,50	41770,52	12163,50	24677,84	8299,11	82680,48	30599,70	250962,27	531582,70
Subsídios, doações e legados à exploração	126626,46	75026,06	0,00	0,00	19655,96	12725,87	123155,38	51976,46	148935,75	558101,94
ISS IP Centros Distritais	128104,01	74549,04			19517,40	12680,00	122355,80	51708,42	148935,75	555830,42
Outros	522,45	477,02			138,56	65,87	799,58	268,04		2271,52
Varição dos inventários da produção										
Trabalhos para a própria entidade										
Custo mercad vend. das mat. consumidas	9243,94	7205,30	27952,97	2925,89	2046,43	1450,85	18433,31	6179,87	54582,24	131020,80
Fornecimentos e serviços externos	20195,29	17653,33	4927,66	1550,00	5058,05	2004,64	31187,51	10184,51	76396,11	189157,10
Gastos com pessoal	138719,85	125708,88	8784,00	7687,81	40786,24	19939,10	120062,87	48339,30	239148,94	747196,59
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)										
Imparidades devidas a receber (perdas/reversões)										
Provisões (aumentos/reduções)										
Provisões específicas (aumentos/reduções)										
Outras Imparidades (perdas/reversões)										
Aumentos/Reduções de justo valor										
Outros rendimentos e ganhos	16519,26	29361,53			5924,22	2206,43	24705,94	8282,12	24141,57	111141,07
Outros gastos e perdas	1879,54	1979,18			126,55	80,16	5814,73	814,56	815,75	11290,47
Resultado antes de Depreciações Gastos										
Financiamento e Impostos	18734,08	-11356,60	105,89	0,00	2240,75	-223,34	54023,38	25640,04	53096,55	142160,75
Gastos/reversões depreciação e amortização	3931,12	6048,83			3483,00	3027,00	10785,00	2787,00	45806,39	75668,44
Resultado Operacional (antes de Gastos de										0,00
Financiamento e Impostos)	14802,96	-17405,53	105,89	0,00	-1242,25	-3250,34	43238,38	22753,04	7490,16	86492,31
Juros e rendimentos similares obtidos										
Juros e rendimentos similares suportados	320,99	293,09			85,13	40,47	491,27	164,72	0,00	1395,87
Resultado antes de Impostos	14481,97	-17698,62	105,89	0,00	-1327,38	-3290,81	42747,11	22588,32	7490,16	65096,64
Imposto sobre rendimento do período			22,23							22,23
Resultado Líquido do Período	14481,97	-17698,62	83,66	0,00	-1327,38	-3290,81	42747,11	22588,32	7490,16	65074,41



No ano do relato diminuição dos resultados. Verificou-se em 2017 uma diminuição na receita em 7 892 euros, devido à alienações de ativos, apesar do aumento das mensalidades. Na despesa, verificou-se uma subida de 32 184 euros, devido principalmente aos gastos com pessoal e serviços externos, apesar de uma descida do CMVMC.

No que respeita aos resultados por valências, todas diminuíram os resultados, exceto o Lar em virtude da descida das alienações e do aumento dos custos com o pessoal. De referir a existência em 2017 dos serviços tributáveis que fez a instituição para o regime misto e assim estar sujeita a IRC, sendo que em 2017 do resultado desta situação a instituição tem 67.80€ de euros a pagar de IRC.

#### 28 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

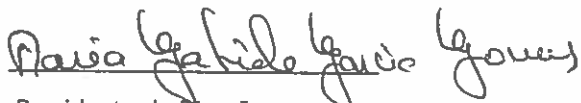
Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA ver NOTA 13 e 14.

#### 29 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

CC



Presidente da Direção



